
ORIENTE MÉDIO

A luta dos palestinos reunificou a OLP

Jan Poliansky

Na segunda quinzena de abril passado, se reunia na Argélia o Conselho Nacional Palestino - parlamento no exílio -. Os principais resultados de dita reunião foram a reunificação das três principais correntes integrantes da OLP: Al Fataj, a Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP), e a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP), dirigidas por Arafat, Nawatmeh e Habash: a reafirmação da luta armada como o meio central para obter um Estado palestino: - a reivindicação de Jerusalém como sua capital, e, por último, - a exigência de que o Egito abandone "o caminho iniciado em Camp David" - que culminou com o reconhecimento de Israel por parte do país do Nilo.

Esta é uma mudança muito significativa para a situação no Oriente Médio, e é o reflexo direto dos avanços da luta dos palestinos e de todos os povos árabes.

A OLP, que durante quinze anos foi um verdadeiro Estado no exílio, uma nação sem terra, para os palestinos disseminados por toda a região, se dividiu a princípios dos anos oitenta, produto dos ataques de Israel e do imperialismo, das claudicações de Arafat, Nawatmeh e Habash, e outros dirigentes, e das pressões das burguesias árabes.

O imperialismo, e seu agente Israel, festejaram esta vitória de sua política contra-revolucionária. Com o apoio dos governos pró-imperialistas do Egito e da Jordânia, começaram a preparar um acordo de "paz" que, aproveitando a derrota e a divisão dos palestinos, terminasse de esmagar a rebelião árabe.

O Kremlin, refletindo sua aliança contra-revolucionária com o imperialismo e seu interesse por evitar que a revolução se translade ao interior da URSS, apoiou acaloradamente esta "iniciativa de paz".

Mas a revolução não os deixou em "paz". Pelo contrário, em pouco tempo uma poderosa mobilização do povo libanês - incluindo milhares de palestinos que ali vivem em campos de refugiados - expulsou Israel do país. Em seguida surgiram grandes mobilizações de palestinos em territórios como a Cisjordânia e Gaza, ocupados pelo sionismo. No Líbano começaram a aparecer novamente unidades guerrilheiras palestinas.

Em resposta a este renascimento de sua luta, a partir de dezembro passado, o povo palestino começou a sofrer, novamente, ataques muito duros.

No Líbano, as forças da organização shiita burguesa Amal, tentaram liquidar, pela fome, os combatentes palestinos, sitiando os bairros e acampamentos de refugiados. Em Gaza e na Cisjordânia, a repressão, levada a cabo pelo Exército israelense, em particular contra o movimento estudantil, atingiu novo clímax.

Entretanto, e apesar do enorme poder de fogo de seus adversários, o povo palestino não somente não foi derrotado, como, também, obteve uma nova vitória.

Desde os acampamentos de refugiados e desde as bases do movimento guerrilheiro, surgiu outra vez com força o sentimento e a reivindicação da unidade. Os dirigentes, para não perderem o controle de suas bases, foram obrigados a reunificar a OLP.

Saudamos essa extraordinária vitória do povo palestino e a continuidade de sua luta.

UMA DERROTA DEFINITIVA

Em junho de 1982, rompendo a trégua de fato, que vinha ocorrendo há dez meses com

a OLP, o Exército israelense invadia o Líbano e, depois de dois meses de heróica resistência dos palestinos, o Exército invasor obrigava os combatentes da OLP a evacuar Beirute. Isto foi seguido pelo massacre de Sabra e Shatila, pela divisão da OLP, alentada pela Síria, e pela expulsão das forças leais. Arafat de seu último bastião, a nortista cidade de Trípoli, por parte das tropas sírias e dos grupos palestinos aliados, nesse momento, com o regime de Damasco. Em fins de 1983, praticamente não ficava no Líbano combatentes palestinos independentes do governo sírio.

As conseqüências desta derrota são a mudança dos quartéis da OLP para a Tunísia, a milhares de quilômetros de Israel e dos acampamentos de refugiados, cortando quase todo o contato entre os combatentes e as bases da OLP; as manifestações e ações da direção Arafat, no sentido de abandonar a luta armada, a favor da via diplomática como caminho para a construção do Estado Palestino.

As declarações aceitando de fato, as resoluções 242 e 338, do Conselho de Segurança da ONU, que expressam o direito do Estado de Israel a existir dentro de "fronteiras seguras e reconhecidas", e as negociações com o rei Hussein para o estabelecimento de uma confederação jordano-palestina, eram a consolidação da derrota sofrida no Líbano.

A situação de fragilidade em que se encontrava a OLP fez com que, apesar das enormes concessões que vinha fazendo, se endurecesse a posição de seus "aliados" e inimigos. A Tunísia e a Jordânia exigiram que a OLP declarasse, explicitamente, que estava terminada a via armada, e que desmontasse seu aparato militar. O sionismo, que alguma vez tinha se insinuado uma disposição para negociar com a OLP; se esta cumprisse tais condições, declarou que nunca, e de nenhuma maneira, negociaria com aquela. Os dirigentes palestinos, se bem vinham retrocedendo e dispostos a continuar concedendo, sabiam que o exigido por seus "aliados" significava o fim, líquido e certo, da OLP, como organização independente e representativa do conjunto do povo palestino. A isto se devem suas vacilações e indecisões, quando os governos da Tunísia, do Egito e da Jordânia lhes exigiram uma definição taxativa. A falta desta definição levou o governo tunesiano - sobretudo depois do bombardeio israelense - a restringir, severamente, as atividades palestinas em seu território, e levou o rei Hussein a romper

o acordo com Arafat, indo sozinho negociar com o sionismo, e a fechar, discretamente, os poucos escritórios que a OLP ainda conserva na cidade de Amman.

Esta série de fatos, no final de quase quatro anos de invasão do Líbano, davam um fundamento, nada depreciável, à imprensa imperialista para falar de uma nova etapa na história do Oriente Médio, na qual todas as condições estavam dadas para a conclusão de um acordo global na região, acordo no qual o povo palestino não seria mais que um objeto passivo.

AS MASSAS ROMPEM O ACORDO

As coisas, entretanto, não foram tão simples como queriam o imperialismo, o sionismo, e companhia. No Líbano, as forças sionistas, antes de se recuperarem da bebedeira pela vitória sobre a OLP, se viram diante de nova resistência, uma frente única da maioria das organizações libanesas - enfrentadas entre si até esse momento - e os palestinos dos acampamentos, quase desarmados.

A luta das massas obrigou não somente à retirada dos pequenos destacamentos militares franceses e norte-americanos, como também a do Exército israelense, e à denúncia, por parte do governo libanês, do acordo que tinha sido obrigado a assinar com o sionismo pela força das armas. Também não podem ser esquecidas, nesta luta, as massas israelenses, que saíram à rua aos milhares, exigindo a retirada do Exército do Líbano.

Por primeira vez na história da região, o até o momento invencível Exército sionista, havia sofrido uma derrota que o obrigava a se retirar de um território invadido, retrocedendo a uma situação menos favorável que antes da invasão.

Em 1985, mais de 2.000 guerrilheiros leais a Arafat tinham voltado ao Líbano. A eles se somam vários milhares de jovens palestinos nascidos nos acampamentos de refugiados desse país, ainda crianças em 1982, que tinham decidido empunhar as armas. O governo sírio e a burguesia libanesa - e, logicamente, o imperialismo e o sionismo - não podiam tolerar que se repetisse novamente a situação anterior a 1982, um poder palestino independente, um Estado dentro do Estado.

A resposta foi a tentativa de esmagamento

militar dos palestinos por parte das milícias shiitas da Amal, junto com a Sexta Brigada do Exército libanês e com o apoio, incluindo armamento pesado e tanques, do governo sírio. Em fins de 1985, se empreendeu um ataque contra os bairros de refugiados de Sabra e Shatila e Burj al Brajneh, nos arredores de Beirute. Depois de várias semanas de combate e de heróica resistência por parte dos palestinos, as forças atacantes tiveram que se retirar. No começo de 1986, se repetiu a tentativa com o mesmo final. As baixas de ambos episódios somaram ao redor de 800 mortes e 3.000 feridos.

Em novembro de 1986, os aliados sírios voltaram a atacar, mas desta vez a frente era maior, já que a OLP tinha estendido seus dispositivos militares a acampamentos no sul do país. No momento em que se escreveu este artigo, continuavam os combates, as baixas já eram parecidas à soma dos enfrentamentos anteriores, e o resultado também não parecia diferente: Amal e seus aliados retirando-se e os combatentes palestinos mantendo suas posições.



Yasser Arafat, líder de la OLP.

A RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS

A derrota de 1982 e a expulsão das guerrilhas da OLP, do Líbano, determinou que, por primeira vez desde a constituição da organização, seu aparato militar ficasse isolado dos territórios ocupados pelo sionismo. Esse fato, que por si só poderia causar desânimo às massas palestinas destes territórios, ao se combinar

com a derrota militar do sionismo no Líbano, se transformou numa mistura explosiva. A vitória contra o inimigo deu novos ânimos à luta; a ausência de um vínculo direto com a organização militar possibilitou o surgimento de novas iniciativas e formas de luta populares, não controladas diretamente pela direção da OLP.

Já desde meados de 1985, começaram os atos de terrorismo individual: apedrejamento de automóveis e ônibus que tivessem placas israelenses, ataques com armas brancas a judeus, nas cidades árabes dos territórios ocupados. Apesar das medidas repressivas e do contra-terrorismo dos grupos fascistas judeus, estes atos, totalmente espontâneos e reflexo da desesperante situação em que vivem os palestinos em sua própria terra, não temeraram.

Mais importante, ainda, são as mobilizações de massas nos territórios ocupados. Em fevereiro de 1986, os funerais do governador colaboracionista de Nablus, se transformaram numa impressionante manifestação de 50.000 pessoas contra Hussein e o sionismo, a favor da OLP e de um Estado independente. Em novembro passado, os funerais de Anwar Nusseibeh, empresário de Jerusalém, também se transformou numa manifestação anti-israelense. Esta, abriu uma série de enfrentamentos na cidade velha de Jerusalém, que aos poucos dias se transformaram em manifestações estudantis nas universidades de Bir Zeit e Al Najah, que se estenderam às cidades vizinhas de Ramallah e Nablus, e até a mais distante cidade de Gaza. Apesar da repressão policial militar, as manifestações duraram mais de uma semana, com um saldo de quatro mortos e vinte e cinco feridos.

Uma pesquisa feita em meados do ano passado, que falamos no nosso número 24 (outubro de 1986) indica que a grande maioria dos palestinos que habitam os territórios ocupados é a favor da luta armada, como meio principal de luta, reconhecem a OLP como sua direção e acham que o objetivo final deve ser a constituição de um Estado palestino em todo o território da Palestina, ou seja, destruindo o Estado de Israel. Como medida de consolo, o governo israelense, que já não pode apelar à "maioria silenciosa" palestina, para justificar sua ignorância da OLP e das reivindicações por ela representadas, expulsou do país o professor norte-americano, que tinha dirigido a investigação.

MEIO SÉCULO DE LUTA

A história da "Meia Lua Fértil" durante os últimos sessenta anos é a história da resistência das massas árabes contra os avanços do imperialismo e do sionismo. Esta resistência estava marcada, como o descrito acima, por derrotas, retrocessos, seguidos de perseguições. A derrota definitiva, tantas vezes anunciada, nunca chegou.

Em 1929 e 1936, as massas palestinas protagonizaram duas greves gerais com características insurreicionais, que foram boicotadas pelas renascentes burguesias árabes e esmagadas pelo imperialismo britânico e pelo sionismo. Durante 1947 e 1948 lutaram acirradamente contra a decisão sionista de estabelecer um Estado próprio, à custa da expulsão dos palestinos, o saldo do enfrentamento foi uma nova derrota, e a expulsão de milhares de palestinos de seus lares e de suas terras.

Vinte anos mais tarde, as forças e a organização das massas palestinas estavam não somente recuperadas, mas também muito mais elevadas que antes, estando a ponto de tomar o poder na Jordânia. Setembro Negro, em 1970, marcou o fim desta possibilidade, quando as tropas de Hussein, com a complacência síria e israelense, massacraram os palestinos, expulsando-os do país. Em 1975, a possibilidade de tomar o poder se repetia no Líbano, desta vez o papel de verdugo foi assumido pelo regime sírio de Assad. Em 1982, o sionismo teve de intervir para derrotar o poder dual palestino, que tinha ressurgido no Líbano.

Este aparente paradoxo, de retrocessos e derrotas seguidos de uma nova luta com maior unidade, força e participação das massas, se explica pelas características do povo palestino, vanguarda indiscutível das massas árabes. Trata-se de um povo que não pode abandonar a luta. Sua vida miserável nos bairros e acampamentos de refugiados, sua condição de párias em sua própria terra, fazem com que não tenham nada a perder. A isto se soma seu elevado nível cultural. É por isto que, depois da derrota, apesar dos massacres e expulsões, sai novamente à luta - o ano de 1982 não foi a exceção.

A RESPONSABILIDADE DAS DIREÇÕES

Ninguém pode ter dúvidas de que os inimigos,

com os quais se enfrentavam as massas árabes, e, em particular o povo palestino, são inimigos formidáveis. Mas isso não diminui, de nenhuma maneira, a responsabilidade das direções árabes. Em 1929 e 1936, se negaram a levar a fundo a luta questionando o poder britânico no país; em 1947, trataram, até o último momento, de chegar a um acordo com o sionismo e não tentavam criar um Estado palestino; em 1970, na Jordânia, a direção encabeçada por Arafat, se negou, explicitamente, a tomar o poder, fazendo um acordo com Hussein, o que significou, em menos de um ano, a expulsão dos palestinos do país. O mesmo ocorreu mais tarde no Líbano.

Se bem está amplamente reconhecida por suas bases, a direção da OLP encabeçada por Arafat, é uma direção pequeno-burguesa, dependente das burguesias árabes, através dos subsídios sauditas e o recolhimento de impostos dos palestinos que trabalham nos países árabes, renega, explicitamente, o socialismo e a luta de classes, e está disposta a conviver - se lhe permitem - com essa ponta de lança do imperialismo na região, que é o Estado de Israel. A única direção de alternativa existente hoje em dia, a da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) dirigida por George Habasch, apesar de que se diz marxista, e que não depende das burguesias árabes, é agente da burocracia do Kremlin e, portanto, estaria disposta a fazer um acordo que interesse ao governo soviético, dentro de sua estratégia mundial.

Não deve assombrar que depois de uma grande derrota, o povo palestino se refaça e volte ao combate. O que deve assombrar, sim, é que, apesar de sua força renovada, não consiga uma vitória que signifique o estabelecimento de um Estado independente. A explicação reside no freio que a direção da OLP impõe, e na inexistência de uma direção revolucionária alternativa.

É NECESSÁRIO MUDAR A DIREÇÃO

Em outubro do ano passado, se concretizava o acordo de fato entre Hussein e o governo sionista, para tratar de afastar a OLP da direção das massas, nos territórios ocupados, através da nomeação de governadores colaboradores nas regiões mais importantes, e pela canalização de ajuda econômica norte-americana, através do governo jordaniano. A resposta das massas era continuar com os atentados terroristas

individuais e diversos atos de protesto contra os ocupantes sionistas. Simultaneamente, e não por casualidade, se reunia em Bagdá, sob a direção de Jalil al-Wazir, segundo na hierarquia da OLP, o conselho militar da organização. Nesta reunião se votou voltar a priorizar a via armada como meio principal de luta da OLP. A resolução não era outra coisa que concretizar nos papéis o que as massas palestinas, em Israel e no Líbano, já estavam fazendo nos fatos, com seu próprio sangue.

Diante destes fatos, a direção vacilante foi obrigada a fazer parte das decisões que lhes eram exigidas por suas bases. As massas palestinas demonstraram com seus atos espontâneos, nos últimos meses, que se a OLP não estava disposta a encabeçar suas lutas, elas as continuariam sem a OLP. Foi isto o que obrigou a organização a revisar sua estratégia, para se por ao tom com as exigências do povo palestino, ainda que na retaguarda e tratando de frear.

Num desenvolvimento paralelo, a FPLP, muito comprometida, atualmente pela estratégia soviética, com o regime sírio, decidiu empreender negociações com a direção de Arafat, para reintegrar-se à OLP unificada. Isto tem que ver com que a base da Frente se encontra nos acampamentos de refugiados, a qual estaria em perigo de se perder devido ao desprestígio crescente que está adquirindo o governo de Damasco no seio da população palestina, especialmente quando esta é atacada pelas tropas da Amal, com o apoio sírio.

Estes últimos acontecimentos mostram como, através de sua luta, as massas palestinas são capazes de virar o rumo de sua direção. Entretanto, isto não basta. Esta direção se mostra incapaz de tomar o poder cada vez que este está ao seu alcance: é uma direção que, em última instância, responde a interesses que não são os do povo palestino. É por isso que

é cada vez mais urgente a necessidade de mudá-la.

UM FATOR PERMANENTE DE INSTABILIDADE

Há quase vinte anos, e salvo a guerra do Iom Kipur, a quase totalidade das ações da contra-revolução na Meia Lua Fértil, é "contra" os palestinos, tanto por parte do sionismo como por parte do regime jordaniano, da Síria, das milícias libanesas - maronitas e shiitas.

Não é que todo o mundo tenha ficado louco e escolhido o sofrido povo palestino como bode expiatório de todos os pecados cometidos. O que ocorre é que, tanto o imperialismo como o sionismo, as burguesias árabes e a burocracia soviética, estão procurando fazer, afanosamente, um acordo que permita uma solução global, que estabilize o "statu quo" na região, mantendo o Estado sionista como guarda do imperialismo. A instabilidade atual não somente ameaça os governos e regimes da zona, como também ameaça os dispositivos do imperialismo e da burocracia soviética na região.

Um acordo mais ou menos aceitável pelas partes, depois de muitos trancos e barrancos, seria possível a não ser pelas pretensões mínimas do povo palestino: um Estado próprio. Mas um Estado Palestino independente, conquistado pela luta revolucionária das massas seria um fator explosivo na região, expandindo a revolução tanto aos países árabes como a Israel; é por isso que tal Estado é absolutamente inaceitável pelos que se sentam nas mesas de negociação.

Mais de quarenta anos de história da Meia Lua Fértil mostram que não pode haver nenhum tipo de estabilidade duradoura na região enquanto não sejam reconhecidos todos os direitos do povo palestino. Enquanto isto, a história continuará se repetindo, talvez com maior violência.

